

A CONTEMPORANEIDADE: UM TEMPO DE EXCESSOS¹

Regina Steffen

No final do século XIX, início do XX, a histeria constituía a maior afecção nervosa da época. A psicanálise surgiu quando Freud se propôs acudir essa enorme demanda para a qual a medicina não oferecia nenhuma solução efetiva. Aqueles eram quadros brutais, de sintomatologia exuberante e incapacitante.

Um século depois (final do XX, início do XXI), o conjunto de sintomas através dos quais a histeria se expressava quase não existem mais. A psicanálise certamente foi responsável por esse abrandamento sintomático, uma vez que revelou os segredos escondidos em sua estrutura.

Hoje, outro sintoma assume o lugar hegemônico que antes a histeria ocupava. Trata-se da depressão, agora considerada o grande mal contemporâneo. Quase todo mundo se queixa dela e legiões fazem uso de antidepressivos.

A mudança na forma do ser humano expressar sua dor psíquica se deve a mudanças profundas na estrutura simbólica que organiza a civilização, acarretando alterações na constituição da subjetividade.

Tais mudanças são inevitáveis, uma vez que se devem à inabalável marcha civilizatória no decorrer da caminhada humana. É o que se pode chamar de progresso, no sentido de vida que avança, que progride, movendo-se e sendo sempre modificada.

Muito embora mudanças inevitáveis no laço social produzam alterações na estruturação subjetiva, com a consequente alteração da expressão sintomática, ainda assim é curioso pensarmos numa grande massa de deprimidos, justamente numa época de fartura, de ofertas ilimitadas, de facilidades enormes. Nunca houve tanta tecnologia para tornar a vida fácil e boa, nem nunca essa tecnologia esteve tão amplamente acessível! A diversão, o lazer e o prazer são mais que possibilidades, eles constituem uma obrigação dos sujeitos.

Somos todos convocados a gozar a vida ao máximo, e isso nem tanto para o próprio deleite do sujeito, mas sobretudo, para mostrar para os outros. Sem que todo mundo testemunhe o sucesso do sujeito, sua felicidade e o quanto ele goza a vida, nada disso tem valor subjetivo. Acima de tudo, é imperioso mostrar que se goza a vida, para que os outros atestem isso e autentiquem esse gozo.

Essa postura, em parte, já leva ao excesso. Nunca o que o sujeito mostra é suficiente. É sempre necessário mais e mais – seja do que for – porque, para eu saber quem sou, o outro precisa sempre e de novo me confirmar. Claro que essa confirmação não nos garante nada e no instante seguinte, precisaremos de um novo *post*, e melhor ainda se a *selfie* me registrar com o último modelo de *smartphone*, numa situação de lazer, rodeado de amigos, comendo, bebendo, com meu corpo sarado à mostra. Não basta ser feliz, tenho que parecer feliz.

¹ Palestra proferida na II Jornada do Curso de Especialização em Teoria e Prática Psicanalítica da Faculdade de Jaguariúna, em 07/11/2015.

É sobre esse cenário que todos os excessos se apoiam. Assim que o *post* vai, já tenho que produzir outra cena que mostre minhas conquistas, minha felicidade, porque a certeza de quem sou ou de ser feliz como demonstro, não se mantém para além da inveja que consigo causar no outro, e então outra cena de sucesso precisa estar na rede.

O impulso para isso não diminui, pelo contrário, exige sempre mais. O que movimenta o sujeito nesse caso é o que a psicanálise chama de gozo, um tipo de impulso que nunca se satisfaz e é imperativo.

O gozo não tem limite. Ele é, por natureza, excessivo, só sendo interrompido pela morte. Considerem o uso de drogas levando à overdose, o acoolismo levando à morte, a anorexia ou a bulimia e também todas as atividades de risco extremo: esportes radicais ou mesmo a escolha deliberada de parceiros soropositivos para relações sem proteção. Em todos esses casos extremos de vivência gozosa, o sujeito conscientemente procura o prazer infinito, mas incoscientemente busca a morte para interromper esse impulso que o devora.

A vivência comandada pelo gozo se caracteriza por um prazer imerso no desprazer, na dor. Gozo é satisfação apoiada em profunda insatisfação. O sujeito está preso, cativo de algo que o arrasta sem que ele possa evitar.

O alvo do gozo é a satisfação total, ilimitada, infinita e presente. É imperioso que nada falte, que tudo seja pleno já. Como isso é humanamente impossível, será sempre preciso mais, daí o excesso ser a marca da vida comandada pelo gozo. Nunca nada será suficiente, nada bastará.

Esse impulso cego e mortífero, que a psicanálise identificou como gozo (ou pulsão de morte), é o oposto do desejo (expressão da pulsão de vida). O desejo também é um impulso, porém garante a vida, agindo para evitar a morte. Na verdade, não se trata de dois impulsos diferentes, mas sim de um único, modificado. Assim, o gozo, ao ser limitado, interditado, recalcado, se torna desejo. O desejo é o gozo adiado. Barrado, o impulso que tendia à morte passa a impulsionar a vida. Seu nome é agora desejo e o prazer que daí pode advir é um prazer parcial, nunca completo, pleno.

O desejo aceita esperar, o que significa que ele suporta a falta, a incompletude. Ele se compraz com conquistas parciais. Comandado pelo desejo, o sujeito frui prazer a cada conquista. Cada uma dessas conquistas é considerada etapa em direção ao horizonte que o orienta. É lá, no horizonte, no futuro que o gozo está prometido. O desejo sabe esperar e suporta esse adiamento do gozo.

O desejo cria o movimento, sendo nisso impulso de vida. E ao repetir o mesmo impulso na busca de diferentes objetos, ele cria o novo, produzindo um novo roteiro para cada nova vida.

Na experiência do gozo o sujeito vive tudo em excesso, mas é sempre a mesma decepção que ele encontra. O gozo é vida parada, morte, portanto. Ele exige que cada experiência seja plena em si, e como isso não é alcançado, trata de ordenar nova tentativa. Se o objeto alcançado não produziu a plenitude esperada imediatamente, perde seu valor e o sujeito precisa fazer nova conquista. O

consumismo descontrolado é resultado dessa busca, como também o é o desencanto que obriga a encontrar nova parceria amorosa, outra paixão, outra coisa... Nada do que é conquistado sob o império do gozo produz prazer duradouro. Nada vale como uma etapa em direção a um projeto futuro. Não há futuro. O gozo constitui um eterno presente, um agora paralizado.

O impulso de gozo nasce da condição humana: somos um animal que fala. Desprovido de um roteiro instintual para guiar-lhe na vida, o ser humano tem na linguagem sua única ferramenta na existência. A linguagem - o sistema simbólico - equivale no ser humano ao sistema instintual do animal. E essa equivalência é parcial, uma vez que o símbolo representa a coisa, mas não é a coisa, o que acarreta consequências para a inserção do ser humano no mundo.

O animal estabelece uma relação direta e plena com o mundo externo. Comandado por um poderoso aparato instintual, ele nasce sabendo tudo o que é preciso para garantir sua sobrevivência e a de sua espécie. Já o ser humano, nasce com tal grau de prematuração, que sem um outro que o atenda e assista, ele morre. O bebê humano é totalmente incapaz de sobreviver sem ajuda de um outro. E isso não se restringe ao fato de ele ser apenas um bebê. Mesmo depois de adulto, a sobrevida da espécie (a procriação) também não está garantida por qualquer instinto que seja. Para nós humanos não há fêmea no cio, nem nenhum macho capaz de identificar o momento adequado para uma cópula fértil. Aliás, o acasalamento entre humanos é totalmente comandado pelo desejo e não por impulsos instintivos. O encontro sexual na espécie humana quase nunca é consumado com a finalidade reprodutiva, e quando o é, segue também razões humanas, quer dizer, razões de desejo e não razões biológicas. Note-se que para os humanos é preciso haver um mandamento divino: crescei e multiplicai-vos. Ou seja, é necessário supor uma ordem superior para comandar a reprodução, uma vez que no mundo humano não comparece nenhuma força cega que, imperiosa, comande o acasalamento, como é o caso para todos os outros animais.

A procriação humana (e consequentemente o desejo sexual) está totalmente submetida a leis de aliança e parentesco, leis culturais que regulamentam a cópula, proibindo determinadas parcerias sexuais e reprodutivas.

O ser humano tem de se tornar homem e mulher, uma vez que não lhe é dada a capacidade de ser macho e fêmea.

Essa impossibilidade de ser simplesmente mais um dentre os animais representa uma perda da natureza que vem a ser superada pela construção da cultura, a civilização, verdadeiro mundo que o humano habita.

O mito bíblico da expulsão do paraíso retrata essa perda, essa expulsão da natureza, momento no qual tem início a saga humana, marcada desde sempre por uma perda irrecuperável: a falta original. É sobre uma perda, uma falta, que se edifica a cultura humana, como tentativa de suplementação.

Do mito à vida de cada um de nós, constata-se que o bebê, desde seu nascimento, precisa recorrer a um outro ser humano, adulto, para sobreviver. Ele está totalmente à mercê desse outro que para ele parece, então, onipotente, capaz de responder totalmente a todas as suas necessidades. Esse Outro originário,

onipotente, é primeiramente encarnado pela mãe. Todavia, desde a primeira vivência, embora a necessidade física tenha sido aplacada, resta algo que não se resolveu e que segue incomodando. Essa vivência incompleta, que deixa sempre um resto de insatisfação, se deve ao descompasso de um mundo no qual, ao orgânico, se responde com o simbólico. Por mais adequada que essa resposta seja, ela não é plena. Já não estamos mais no paraíso. Um certo desconforto persistirá para sempre.

O bebê passa toda sua primeira infância tentando resolver esse enigma: por que o Outro não me dá tudo? O que é isso que me falta? O que devo ser para ele, a fim de me tornar merecedor de uma resposta totalizante que não deixe esse resto de incômodo? O que esse Outro deseja? Como devo desejar para estar na mesma sintonia do desejo dele? Essas são questões motivadas pelo impulso de gozo. O que a criança pretende é atingir uma suposta vivência de satisfação completa, mas que, ao mesmo tempo, a coloca no risco de ser engolida pelo Outro, pois a completude representa uma colagem total ao corpo da mãe de modo que ele esteja para sempre disponível para o corpo do filho. Essa fusão de corpos caracteriza a dimensão incestuosa do desejo da criança (e da mãe) nesses primeiros anos de vida.

Depois de anos de repetidas experiências frustradas de completude, e isso se a mãe for boa o bastante para não se oferecer ao filho como realmente onipotente, a criança (menino e menina) atinge a fase que Freud chamou de castração, ápice do período edípico. Agora a criança finalmente percebe que a mãe não é onipotente como ela pensava que fosse. Ela é castrada, quer dizer, ela não pode tudo, ela não sabe completamente o que o filho deseja. Essa constatação é o pior trauma que um ser humano pode sofrer, observa Freud. A criança se descobre órfã desse ser todo poderoso com quem contava integralmente, em cuja presença se sentia amparada. Constata, então, horrorizada que não poderá alcançar, também ela, esse estado de êxtase onde nada mais a incomodaria. Esse é um momento bastante definitivo para o desenvolvimento psíquico do ser humano. Ou ele aceita esse fato inevitável e encontra uma saída que o beneficie – esse é o caminho do desejo - ou optará por uma espécie de recuo, votando à busca desesperada do gozo que ilusoriamente insiste em parecer possível.

Nesse momento, cabe ao pai conduzir o filho. É ele quem porta a verdade de que somos todos castrados. A todos falta a possibilidade de uma vivência de completude. O pai introduz essa verdade ao filho e também à mãe.

Ao ter um filho, a mãe inconscientemente embarca na ilusão de que agora ela finalmente se tornou onipotente. O pai, nesse momento do drama edípico é o representante da lei de interdição que comanda as relações familiares, leis de aliança e acasalamento que instituem e garantem o laço social. Ele faz o filho reconhecer que aquela mulher é mãe para o filho, ao mesmo tempo que é mulher para ele, pai. É o pai quem cria a mulher, para além da mãe. É como se ele dissesse ao filho: você não pode voltar a compor um corpo único com sua mãe. E para a mãe ele também diz no mesmo ato: você não pode voltar a reintrojetar seu filho. Fazendo isso, ele interdita o impulso de gozo que move, ao mesmo tempo, o filho e a mãe, separando-os. Seu ato significa: está proibido, não é possível.

A intervenção do pai nesse momento da constituição subjetiva é fundamental pois, ao interditar o gozo, ele oferece o desejo como uma saída para essa situação.

Além de diferenciar a mãe da mulher, o pai também mostra ao filho que além de filho, ele também é um menino ou menina, conforme o caso. Tal designação sexual representa uma promessa futura de que aquela criança um dia será um homem ou uma mulher e poderá exercer seu papel adulto no mundo, com todas as possibilidades de alcançar múltiplos prazeres. A promessa de um futuro representa a fórmula do adiamento do gozo que habilita a criança a partir de então a desejar, a fazer planos, a suportar esperar. Essa promessa de futuro vem expressa através da designação sexual. Portador de um corpo sexuado, o filho assume a falta de naturalidade em seu próprio corpo. A completude que sempre faltou e que era demandada ao Outro onipotente, agora é falta dele, de seu próprio corpo, é condição sexual. Homem ou mulher, ninguém tem um corpo completo, a todos falta o outro sexo.

Do drama edípico todos saem castrados, ou seja, impedidos de obter um gozo total. Só lhes resta desejar, exercer esse direito ao futuro e assim, inventar soluções possíveis. Está dado o movimento da vida. O pai, ao castrar, acena com o desejo como movimento, como invenção. Pode-se dizer que a mãe da à luz o filho, mas é o pai quem lhe dá a vida - a vida humana.

A função paterna é fundamental na introdução do sujeito no mundo humano, mundo que é sexuado, seccionado. Um mundo no qual a falta de completude do sistema simbólico transita para o próprio corpo do sujeito, que paga então, (simbolicamente) com uma parte de seu ser vivo, para se tornar humano. Essa perda simbólica de uma parte do corpo próprio é recuperada na forma da insígnia fálica que o filho recebe do pai, e pela promessa de recuperação fálica que a menina vislumbra ao aceitar sua sexualidade. Na hora em que a criança se torna menino ou menina (um corpo pela metade, castrado digamos), ela recupera, através de um símbolo, aquele pequeno pedaço de impulso vital que aceitou perder ao constatar que nenhum prazer poderá ser completo. No processo de se tornar sujeito algo sempre se perde, mas pode ser recuperado na forma de um símbolo. De posse desse símbolo, habitado pelo impulso vital que ele representa, o sujeito deseja. O que era impulso de gozo se torna impulso de desejo.

Uma diferença muito importante se introduz neste momento. Até aqui a criança constatava a falta de completude e a atribuía à má vontade do Outro em lhe dar o que faltava, daí fazer de tudo para satisfazer o desejo desse Outro na tentativa desesperada de conseguir que ele lhe desse isso. A criança vive de demandar ao Outro o que lhe falta. No momento da castração, a criança aceita perder algo de seu próprio corpo (um dos sexos), aceita ter um corpo que não é pleno, tornando-se ele próprio sujeito dessa perda. Agora não se trata mais de demanda, mas sim de desejo. O sujeito não pede mais ao Outro. Agora ele sai em busca, por conta própria, em seu próprio nome.

Aqui duas observações nos reconduzem às questões da contemporaneidade. A primeira delas diz respeito ao sujeito da atualidade: a que se deve seu tédio incurável, que em última instância se expressa como depressão, falta total de

energia vital? Onde está o símbolo, em cuja posse o sujeito encontraria o impulso de vida, o caminho do desejo? Por que, hoje, vivemos todos sob o império do gozo?

A segunda questão está relacionada à função do pai. Será que o pai em nossos dias está bem posicionado em seu lugar simbólico, conduzindo o filho e a mãe para a interdição do gozo e autorizando o desejo?

Desde a metade do século passado, os avanços científicos na área da reprodução humana acabaram por desequilibrar o jogo de forças entre o homem e a mulher nesse território. A mulher adquiriu um poder quase absoluto, podendo de fato prescindir do homem para engravidar. A possibilidade da reprodução assistida reduziu o homem a ser apenas um doador de esperma. Esse desequilíbrio no âmbito biológico repercute na função simbólica do pai e da mãe. A mãe experimenta um poder absoluto, quase onipotente e o pai, uma brutal perda de valor, de poder. O pai está enfraquecido. É como se ele não tivesse mais de posse daquele símbolo, que um dia seu pai lhe transmitiu e, então, na hora de passá-lo para o filho, ele nada tem em mãos. Sua função de pai emperra e só lhe ocorre disputar a partenidade no território materno. A mãe também passa a exigir que o pai se torne uma espécie de mãe, e que mostre a que veio dividindo com ela suas funções. O pai não ousa ser pai e a mãe não suporta o peso de suas atribuições, tal é a cena da família na contemporaneidade, quando ambos recuam do lugar simbólico que os habilitaria a conduzir adequadamente a vida da criança rumo à subjetividade. Eles recuam de experimentar a perda implicada em seus lugares simbólicos. Recuando do desejo, professam um gozo indiferenciado: aos dois o mesmo, nada de diferença. Nessa situação, os pais oferecem ao filho um mundo em que a diferença se torna indistinta. Pai/homem, mãe/mulher, essa duplicidade de lugares simbólicos que caracteriza o ser humano, diferenciando-o dos demais animais, se enfraquece. Ocupar esses lugares supõe transitar da natureza para a cultura, e há uma perda implicada nesse trânsito que exige ser assumida.

Se o pai não está à altura de sua tarefa, a mãe sozinha pode não conseguir abandonar seu posto onipotente. O filho é então convidado a gozar, tornando-se prova viva dessa possibilidade. Nesse contexto não há lugar para o movimento do desejo. Só há imperativo de gozo e excesso de decepção, tédio, falta de impulso de vida. Tudo é apenas mais do mesmo.

Embora essa situação seja específica da contemporaneidade, o travamento do desejo não é uma possibilidade só de nossa época. A condição humana sempre foi difícil. Nunca vivemos no paraíso. Freud identificou nessa dor de existir “o mal estar na civilização”. A complexa trama de forças em cena a cada época da história da humanidade impõe dificuldades específicas na ocupação dos lugares simbólicos que os adultos devem assumir para constituir a próxima geração de sujeitos. Os filhos sempre sofrerão, de um modo ou de outro, as consequências das dificuldades que seus pais enfrentam para se posicionar. Foi justamente para promover o destravamento do desejo que a psicanálise surgiu e inventou seu método clínico. Aos que se deparam com um tropeço incapacitante sempre existirá um divã para os acolher. Isso torna evidente a importância da psicanálise, especialmente na contemporaneidade, este tempo de excessos.

Campinas, outubro/2015.